

Requerimento de Sessão 420/2021

Protocolo 32914 Envio em 11/11/2021 14:55:53

Requer ao Sr. Prefeito Municipal informações sobre o pagamento de Precatórios e RPV.

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística
Paraguaçu Paulista

O vereador infra-assinado, em conformidade com as normas regimentais, **REQUER** ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, Antônio Takashi Sasada, as seguintes informações:

- 1) Quantos são os precatórios que ainda estão pendentes?
- 2) Quantos destes já foram disponibilizados os valores para o Depre (Departamento de Precatórios)?
- 3) Qual o valor total que a prefeitura terá que disponibilizar para o pagamento e se já existe uma previsão orçamentária para que isso ocorra?
- 4) Quanto as RPV's quais têm sido as ações desenvolvidas pelo executivo para pagamento dos mesmos?

JUSTIFICATIVA

O vereador que neste subscreve requer as informações referente a esse assunto, em atendimento a solicitação daqueles que já tiveram suas ações judiciais julgadas favoráveis contra a prefeitura.

Precatórios

Precatório é um tipo de requisição de pagamento que a Fazenda Pública é condenada a pagar após processo judicial transitado em julgado. Tem direito a **receber** os **precatórios** as pessoas físicas e/ou jurídicas que processaram determinado órgão público e ganharam a causa, após sentença transitada em julgado.

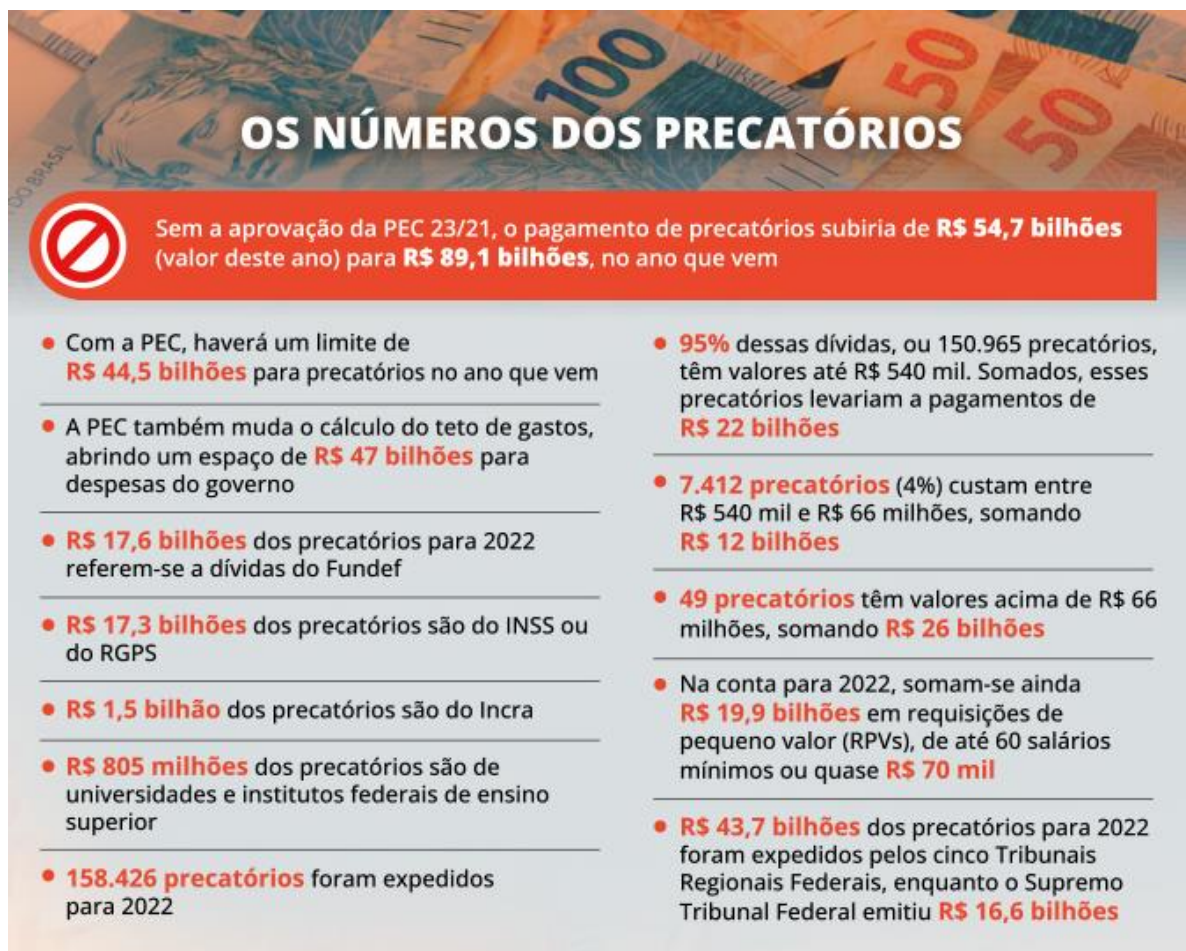
Precatórios são dívidas do governo com sentença judicial definitiva, podendo ser em relação a questões tributárias, salariais ou qualquer outra causa em que o poder público seja o derrotado.

Requisições de Pequeno Valor (RPV)

Nem toda dívida da Fazenda Pública se torna precatório. Aquela de menor valor, chamada Requisição de Pequeno Valor (RPVs), é regulamentada pelo Código de

Processo Civil, que determina que o pagamento seja feito no prazo máximo de dois meses contados desde a entrega da requisição. No caso das RPVs, o pagamento é ordenado pelo juiz de 1º grau. O teto máximo para pagamento por meio de RPVs é definido por lei própria de cada ente federativo, levando em conta as diferentes capacidades econômicas. No caso do Estado de São Paulo, condenações de até 440,214851 Ufesp (o equivalente a R\$ 12.154,33 em 2020) são pagas por meio de RPVs. O restante é pago com precatórios.

Salientamos também que essa preocupação se dá por conta da aprovação na última terça-feira (10 de Nov 2021 em 2º turno) da PEC dos Precatórios ([PEC 23/21](#), do Poder Executivo), que limita o valor de despesas anuais com precatórios, corrige seus valores exclusivamente pela Taxa Selic e muda a forma de calcular o teto de gastos.





Sem mais para o momento, reiteramos protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

Palácio Legislativo Água grande, 11 de Novembro de 2021.

DANIEL RODRIGUES FAUSTINO

Vereador

